

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

A antropo-técnica que molda o indivíduo
pela educação [The anthropo-technique
that molds the individual by education]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy
of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Junges, Márcia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-07 02:55:30
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/158194

A antropotécnica que molda o indivíduo pela educação

Para Dora Lília Marín-Díaz, a crise de governo se dá pela insatisfação com os modelos modernos que querem moldar o indivíduo como agentes úteis a um Estado

Por Márcia Junges e João Vitor Santos

A professora Dora Lília Marín-Díaz remonta à ideia de governo através de uma espécie de ordenamento. “Os séculos XVII e XVIII estiveram marcados pela emergência de problemas de governo derivados, entre outros assuntos, da desregulação no crescimento da população. Isso levou ao aumento no número de pessoas que precisavam ser conduzidas para ajudar na consecução dos propósitos do Estado”, explica. Ou seja, fez-se necessário organizar e normatizar os indivíduos para solidificar o Estado. Assim, “essas vidas humanas se constituíram na ‘matéria-prima’ para que maquinarias modernas - a escola, o exército, os hospitais, os hospícios - e suas antropotécnicas específicas se encarregassem de produzir sujeitos governáveis e úteis”.

É através dessa antropotécnica biopolítica que se dá a moldura do indivíduo. “As disciplinas desenvolveram-se através de antropotécnicas concretas que possibilitaram a produção de seres humanos - indivíduos - adequados e funcionais a um Estado que precisa ser forte política, militar e economicamente”, completa Dora. O resultado são agentes normativos, que respondem a estímulos, mas operando dentro de um limite de governo para servir a um Estado. Na entrevista, concedida por e-mail à IHU On-Line, a professora analisa essa operação biopolítica no

espectro da educação. E, ainda, tensiona a operação acerca de crises e seus limites. “A crise de governamentalidade que vivemos hoje é associada ao que poderíamos descrever como uma insatisfação generalizada que tem sua expressão tanto na vida cotidiana dos indivíduos quanto nas formas de resistências e revoltas específicas e difusas sobre os mais variados temas e contra as mais variadas instituições e formas de governo”, completa.

Dora Lília Marín-Díaz é professora na Universidade Pedagógica Nacional, na Colômbia. Possui doutorado em Educação pela Universidade Federal de Rio grande do Sul - UFRGS. Ainda é mestre em Educação pela UFRGS, especialista em Estudos Culturais pela Pontifícia Universidade Javeriana da Colômbia, especialista em Avaliação Educacional pela Universidade El Bosque.

No dia 23-09, às 14 horas, no Auditório Central, a professora apresenta a conferência *Educação, indivíduo e biopolítica: a crise do governo*, evento que integra a programação do XVII Simpósio Internacional IHU | V Colóquio Latino-Americano de Biopolítica | III Colóquio Internacional de Biopolítica e Educação. *Saberes e Práticas na Constituição dos Sujeitos na Contemporaneidade*. Mais informações em <http://bit.ly/1EY37A5>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é o nexó que une a educação, o indivíduo e a biopolítica em nosso tempo?

Dora Lília Marín-Díaz - Trata-se de um nexó que definiria como

antropotécnico. Ele foi resultado de uma das primeiras estratégias biopolíticas que operou na constituição da Modernidade: a política de crescimento demográfico, cujo propósito era o fortalecimento dos

Estados administrativos (absolutistas). Os séculos XVII e XVIII estiveram marcados pela emergência de problemas de governo derivados, entre outros assuntos, da desregulação no crescimento da popu-



A moral hedonista, o narcisismo, a liberalidade evidenciam a impossibilidade de conduzir os novos para algum projeto coletivo

lação. Isso levou ao aumento no número de pessoas que precisavam ser conduzidas para ajudar na consecução dos propósitos do Estado.

Essas vidas humanas se constituíram na “matéria-prima” para que maquinarias modernas - a escola, o exército, os hospitais, os hospícios - e suas antropotécnicas específicas se encarregassem de produzir sujeitos governáveis e úteis. Contudo, a impossibilidade da regulação no crescimento da população fez com que o problema aumentasse e levou para importantes transformações nas estratégias de condução, que começaram a procurar cada vez mais o autogoverno dos indivíduos, um assunto que impactou as formas como vivemos até hoje.

Dispositivos disciplinares

As práticas e discursos associados à defesa e proteção da vida adquiriram distintas ênfases e ampliaram seu vocabulário e legislação nos dois últimos séculos. Contudo, não podemos esquecer que foi essa estratégia biopolítica - a política de crescimento demográfico - que motivou a emergência de dispositivos disciplinares. As disciplinas desenvolveram-se através de antropotécnicas concretas que possibilitaram a produção de seres humanos - indivíduos - adequados e funcionais a um Estado que precisa ser forte política, militar e economicamente. Os excedentes dessas disciplinas levaram ao desenvolvimento de discursos e práticas libe-

rais que, ainda com críticas fortes às instituições dessa primeira modernidade, continuaram a demandar delas não só a produção de indivíduos governáveis, senão de indivíduos autogovernáveis.

A biopolítica desses séculos deu passo à configuração de antropotécnicas disciplinares, produtoras de sujeitos modernos que começaram a se considerar unidades individuais com identidades próprias. A educação agenciada principalmente pela escola moderna - com suas técnicas de encerramento, vigilância e punição - chegou a ocupar um lugar central na sua produção.

IHU On-Line - A partir desse cenário, como podemos compreender a crise de governo em curso?

Dora Lília Marín-Díaz - A “crise de governo” ou, melhor ainda, a “crise de governamentalidade” que vivemos hoje é associada ao que poderíamos descrever como uma insatisfação generalizada que tem sua expressão tanto na vida cotidiana dos indivíduos quanto nas formas de resistências e revoltas específicas e difusas sobre os mais variados temas e contra as mais variadas instituições e formas de governo. As grandes manifestações dos últimos anos - dos estudantes, na chamada “primavera árabe”¹ e nos protestos dos ativis-

¹**Primavera Árabe:** os protestos no mundo árabe ocorridos de 2010 a 2012 foram uma onda revolucionária de manifestações e protestos, compreendendo o Oriente Médio e o Norte da África. Houve revoluções na Tuní-

tas de Wall Street², da sociedade civil no movimento dos Indignados em Madrid³ e em outras cidades europeias -, assim como as novas doenças que se tornaram um tema de saúde pública e que se encontram relacionadas com temas da vida cotidiana - “procrastinação”⁴, “síndrome de Burnout”⁵ entre os

sia e no Egito, uma guerra civil na Líbia e na Síria; grandes protestos na Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã e Iémen e protestos menores no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental. Os protestos têm compartilhado técnicas de resistência civil em campanhas sustentadas envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das mídias sociais, como Facebook, Twitter e Youtube, para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional em face de tentativas de repressão e censura na Internet por partes dos Estados. (Nota da IHU On-Line)

² **Occupy Wall Street** (Ocupe Wall Street): é um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - no governo dos Estados Unidos. Iniciado em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, o movimento ainda continua, denunciando a impunidade dos responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. Posteriormente surgiram outros movimentos Occupy por todo o mundo. As manifestações foram a princípio convocadas pela revista canadense *Adbusters*, inspirando-se nos movimentos árabes pela democracia, especialmente nos protestos na Praça Tahrir, no Cairo, que resultaram na Revolução Egípcia de 2011. (Nota da IHU On-Line)

³ **15M:** O Movimento 15M, também chamado de “Movimiento de los indignados”, é um movimento popular formado na sequência da manifestação de 15 de maio de 2011 (organizada por diversos coletivos), quando depois que 40 pessoas decidiram acampar uma noite na Puerta del Sol espontaneamente, houve uma série de protestos pacíficos na Espanha. O objetivo foi promover uma democracia mais participativa longe do bipartidarismo e do domínio de bancos e corporações, bem como uma “verdadeira separação de poderes” e outras medidas destinadas a melhorar o sistema democrático. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Procrastinação:** é o diferimento ou adiamento de uma ação. Para a pessoa que está a procrastinar, isso resulta em estresse, sensação de culpa, perda de produtividade e vergonha em relação aos outros, por não cumprir com a suas responsabilidades e compromissos. Embora a procrastinação seja considerada normal, torna-se um problema quando impede o funcionamento normal das ações. A procrastinação crônica pode ser um sinal de problemas psicológicos ou fisiológicos. (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Síndrome de Burnout** (do inglês *to burn out*, queimar por completo): é um distúrbio psíquico de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso. Tam-

professores, entre outras - são expressões dessa insatisfação que também é possível perceber na produção de novas reflexões que atentam para melhorar as condições de vida nas nossas sociedades.

No meio dessas preocupações emerge um renovado interesse por recuperar técnicas de cuidado de si antigas ou de outras culturas. Isso se evidencia na produção ampla e massiva de livros e materiais de autoajuda e, em geral, na procura por métodos e formas de exercícios individuais e coletivos que ajudem a conseguir certo equilíbrio e tranquilidade como expressões do que muitos consideram como felicidade.

Fragilidade individual e coletiva e as crises

Hoje, assistimos ao questionamento que as pessoas comuns fazem dos modos como são conduzidas por outros, mas também das formas como se sentem compelidas a conduzir a si mesmas. Trata-se de questionamentos que emergem no meio de fatos sociais que mostram a fragilidade da vida individual e coletiva: as crises econômicas marcadas pela instabilidade das economias do mundo, a escassez de alimento, o aumento populacional, assim como pelos conflitos armados entre os diferentes países, seja pela posse do petróleo, seja pela posse da água, seja pela posse da terra, seja pela posse das armas nucleares. Tais fatos, junto a essa excessiva centralidade do indivíduo, estão gerando a crise das instituições e das

bém é chamada de síndrome do esgotamento profissional, assim denominada pelo psicanalista nova-iorquino Freudenberg, após constatá-la em si mesmo, no início dos anos 1970. A dedicação exagerada à atividade profissional é uma característica marcante de Burnout, mas não a única. O desejo de ser o melhor e sempre demonstrar alto grau de desempenho é outra fase importante da síndrome. O portador de Burnout mede a autoestima pela capacidade de realização e sucesso profissional. O que tem início com satisfação e prazer termina quando esse desempenho não é reconhecido. Nesse estágio, a necessidade de se afirmar e o desejo de realização profissional se transformam em obstinação e compulsão. (Nota da **IHU On-Line**)

práticas que, nos últimos quatro séculos, marcaram os modos de praticar a vida coletiva nas sociedades ocidentais.

Trata-se de uma crise de grande escala, que se estrutura entre dois pontos: os fatos históricos - esses acontecimentos que são seu produto ou, ainda, que os produzem - e o narcisismo contemporâneo e a sua moral hedonista⁶. Eles fazem visível a impossibilidade de educar

“

Hoje, as práticas éticas, as práticas políticas e as estéticas encontram-se questionadas pela falta de um projeto coletivo como um bem comum

hoje. A moral hedonista, o narcisismo, a liberalidade evidenciam a impossibilidade de conduzir os novos por algum caminho ou para algum projeto coletivo. Além disso, é claro que o longo processo de individualização produziu as condições para uma crise de governo que se expressa na excessiva centralidade do 'eu' e na cada vez mais difícil possibilidade de viver junto com outros.

IHU On-Line - Quais são os nexos fundamentais entre os discursos educativos contemporâneos e práticas éticas e políticas?

⁶ **Hedonismo** (do grego *hedonê*, "prazer", "vontade"): é uma teoria ou doutrina filosófico-moral que afirma ser o prazer o supremo bem da vida humana. Surgiu na Grécia, e seu mais célebre representante foi Aristipo de Cirene. O hedonismo filosófico moderno procura fundamentar-se numa concepção mais ampla de prazer entendida como felicidade para o maior número de pessoas. (Nota da **IHU On-Line**)

Dora Lília Marín-Díaz - Continuando com o argumento que apresentei antes, poderíamos compreender que o nexo fundamental entre os discursos educativos contemporâneos e as práticas éticas e políticas derivasse de uma relação que na modernidade articulou a condução de si mesmo - as práticas éticas - com a condução dos outros - as práticas políticas - através de antropotécnicas orientadas à gestão da vida. E isso pode ser percebido nos discursos educativos, na instituição escolar e nas técnicas disciplinares.

Hoje, as práticas éticas, as práticas políticas e as estéticas - de relação como o mundo - encontram-se questionadas pela falta de um projeto coletivo que pudéssemos reconhecer e aceitar como um bem comum e no qual conseguíssemos apostar nossos esforços educativos como humanidade. A sensação de uma grande crise na educação - nessa arte de governar moderna - deriva-se da ausência de fins educacionais e da impossibilidade de construí-los sem que isso seja considerado como um limitante da individualidade e da liberdade de alguém. As técnicas operadas sobre nós mesmos e sobre os outros não só não se orientam por um *telos* comum, senão que diante do narcisismo extremo elas se definem segundo os interesses supostamente naturais dos sujeitos. É quase um naturalismo ingênuo que, entre outros, desconhece os importantes debates sobre a diferença entre interesse e desejo, mas também sobre a forma como os interesses são criados e articulados a formas de condução específica, em particular, aquelas próprias de uma racionalidade de governo liberal que encontrou nas práticas de governo neoliberal as possibilidades para seu desbloqueio.

Autoridade em cheque

O hiperindividualismo contemporâneo levou para uma crise na educação, entre outras coisas, pelo questionamento da autoridade adulta - derivada de seu saber e

da experiência acumulada - e confundida com autoritarismo. Esses processos tiveram seu correlato no abandono que muitos maiores fizeram da tarefa de orientação, socialização, ensino e direção dos mais novos, entre outras coisas, porque também eles estão centrados em si mesmos e em atender seus desejos e interesses.

Nesse processo promoveram-se práticas inéditas de autoaprendizagem e autogoverno das crianças. O que os levou para decidirem sobre muitos assuntos quotidianos da sua vida, passando a ser quase que uma nova espécie de adultos pequenos. O constrangimento sentido hoje pelos adultos diante da impossibilidade e, em alguns casos, da obrigatoriedade de oferecer e conduzir a primeira socialização das crianças parece ser uma fonte desse sentimento de insatisfação, contrariedade e impaciência com respeito aos modos de vida e governamento atuais.

IHU On-Line - Quais são os impactos nas práticas de si e na constituição da infância?

Dora Lília Marín-Díaz - O nexó entre os discursos educativos contemporâneos e as práticas éticas e políticas que assinalo tem a ver com a articulação dessas práticas no desenvolvimento de antropotécnicas concretas que serviram para a condução da vida. E que, ainda, encontraram expressão nos discursos educativos, na instituição escolar e nas técnicas disciplinares por elas desenvolvidas.

Antes de pensar nos impactos desse nexó nas práticas de si e na constituição da infância eu insistiria em dois assuntos: por uma parte, que esse nexó possibilitou a atualização de um conjunto de técnicas e exercícios de si, através das práticas pedagógicas. Nesse sentido, é importante reconhecer que a série exercitação-individualização-condução esteve no centro da configuração dos modos de vida modernos e que, através dela, é possível descrever um *phylum*

técnico que levou as sociedades ocidentais da velha Arete⁷ grega à Paideia⁸ grega, e no encontro desta última com o pastorado hebraico, à Paideia cristã. O atrelamento do preceito formativo cristão e suas práticas de si - predominante nas formas de vida monacais (*regimen*) - às técnicas de dominação soberanas - 'reinado' (*dominatio*) - marcou o início da modernidade. Um momento no qual as práticas de

“ Constituição da criança como sujeito infantil só pode ser entendida na estreita tensão entre intervenção dos adultos e a experiência de crianças

condução retomaram técnicas das práticas de si antigas e as ajustaram ao novo *telos* moderno, produzindo outras práticas de si.

⁷ **Arete** (do grego ἀρετή aretê,ês, “adaptação perfeita, excelência, virtude”): é uma palavra de origem grega que expressa o conceito grego de excelência, ligado à noção de cumprimento do propósito ou da função a que o indivíduo se destina. No sentido grego, a virtude coincide com a realização da própria essência, e portanto a noção se estende a todos os seres vivos. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Paideia**: refere-se ao sistema de educação e formação ética da cultura grega, que incluía temas como ginástica, gramática, retórica, música, matemática, geografia, história natural e filosofia, objetivando a formação de um cidadão perfeito e completo, capaz de liderar e ser liderado e desempenhar um papel positivo na sociedade. O conceito surgiu nos tempos homéricos e permaneceu em sua essência inalterado ao longo dos séculos, embora variando suas formas de aplicação e as disciplinas envolvidas, e continua a interessar muitos educadores e pensadores contemporâneos. (Nota da **IHU On-Line**)

Por outra parte, esse nexó também teve expressão na configuração de modos específicos de ser sujeitos de governo e supôs a configuração de identidades não só em termos de raça, gênero, mas também de idade. A constituição da criança como sujeito infantil só pode ser entendida na estreita tensão entre a intervenção dos adultos e a experiência de crianças, entre o que se pode nomear como a construção social de uma noção de infância e a experiência, não repetível, de cada indivíduo. A constituição da infância como sujeito de governo foi determinada em boa medida pelas práticas escolares e os discursos educativos ou de cuidado na família, aquelas que sustentaram a produção desses indivíduos governáveis ou autogovernáveis que precisava a instituição estatal. Nesse movimento, o desenvolvimento de práticas de si que implicavam a exercitação das crianças se associaram a discursos psicológicos sobre a constituição subjetiva da criança, em particular, aqueles que procuravam argumentos teóricos da psicanálise, para mostrar que no processo de escolarização e nos primeiros anos da vida dimensões importantes da relação do sujeito consigo e com os outros estão em jogo.

IHU On-Line - Por outro lado, em que medida as práticas governamentais se relacionam com as práticas pedagógicas e o que isso revela sobre o governo dos sujeitos em nosso tempo?

Dora Lília Marín-Díaz - Eu falaria não tanto de uma relação entre as práticas pedagógicas e as práticas governamentais, mas do reconhecimento das práticas pedagógicas como práticas de governo ou condução. Lembremos que os discursos educativos aparecem fortemente fundados em questões relacionadas com o acesso à verdade e com as transformações do sujeito. E, nesse sentido, eles se encontram vinculados ao conjunto de práticas de exercitação destinadas à modificação dos sujeitos e à produção

de modos de vida específicos para sociedades e grupos humanos também específicos. Podemos pensar que as práticas pedagógicas, enquanto ações reguladas destinadas à formação e à definição de modos de comportamento dos outros, podem ser consideradas como práticas de governo (de condução). É por isso que nessas práticas são incorporados e desenvolvidos exercícios destinados à transformação do indivíduo, com o propósito de levá-lo a se enquadrar nos modos de vida de seu grupo social.

Reconhecer as práticas pedagógicas como práticas de governo permite compreender quanto elas foram definitivas nos modos de praticar a vida dos indivíduos modernos. Se entre os séculos XVI e XVII tais práticas tiveram uma ênfase no ajuste e uso de antropotécnicas disciplinares - daí a centralidade de discursos sobre a instrução e didática, assim como o aparecimento da máquina escolar -, nos séculos XVIII e XIX elas apostaram em uma ênfase liberal que encontrou nos discursos sobre a educação e na pedagogia um espaço fértil para interpelar os modos disciplinares predominantes na época e que apesar disso continuaram a ser central nas formas de vida das sociedades contemporâneas. Essa centralidade é marcada pela defesa e excessiva importância atribuída às práticas educacionais e de aprendizagem nos diversos cenários sociais.

IHU On-Line - A quem e a que interessa esse governo dos sujeitos e, sobretudo, das crianças?

Dora Lília Marín-Díaz - Essa pergunta é interessante no sentido que possibilita duas respostas que poderiam ser até opostas. A primeira resposta apontaria para afirmar que a todos nós interessa o governo dos sujeitos, dos outros e de nós mesmos. Finalmente, esse foi o foco da racionalidade governamental moderna que orientou as práticas pedagógicas dos últimos séculos e que nos levou não só para

usar uma série de exercícios e práticas de si para produzirmos como individualidades que espreitam na sua "interioridade" as capacidades, os interesses e os desejos mais íntimos para conseguir o sucesso e a felicidade, mas também para acreditar que nesse processo se jogam as liberdades e os direitos de todos e cada um dos indivíduos.

“

Parece necessário o desenvolvimento de outras condutas que se orientam para práticas coletivas

A segunda resposta se orienta para afirmar que não há um "alguém" ao qual interessa esse governo. Não há uma mão que promova o direcionamento para uma determinada forma de governo dos sujeitos e, em particular, das crianças. As formas de governo que se organizaram na modernidade com suas técnicas e racionalidade específica foram o resultado de modos de vida práticos dos sujeitos e das coletividades. Essas formas de vida produziram-se e atualizaram-se no meio de acontecimentos históricos, geográficos e sociais, assim como dos excedentes imprevistos no desenvolvimento de um conjunto de operações biopolíticas e antropotécnicas concretas desenvolvidas pelos humanos.

IHU On-Line - Que tipo de sujeito é "desejável" a partir de tais práticas de governo e qual é o lugar da resistência e da liberdade nesse cenário?

Dora Lília Marín-Díaz - Neste ponto não sei mesmo se poderíamos falar num sujeito "desejável",

produto do desenvolvimento de uma determinada forma de governo. Contudo, como assinaei antes, o sentido e orientação que as práticas de condução tomaram, no decorrer dos quatro últimos séculos, produziram modos específicos de ser sujeito governado. Assim, se delimitar e fixar um "eu" foi o propósito das disciplinas e suas antropotécnicas em séculos anteriores, mudar e transformar esse "eu" é o propósito das formas de governo contemporâneas com suas técnicas específicas.

Tal mudança de ênfase expressa um assunto relevante, pois ela foi fundamental na consolidação das formas de governo atuais, aquelas que são reguladas pela concorrência no âmbito do mercado econômico e profissional. Em outras palavras, as formas de condução atual exigem a produção de indivíduos, humanos que se consideram a si mesmos como agentes autônomos e empresários de si mesmos, indivíduos dispostos a se transformar e incrementar seu capital para alcançar a ascensão social e profissional, num mundo regido pela economia e pelo mercado.

Na perspectiva dessa forma de governo atual, antes de pensar no lugar da resistência ou da liberdade, pensaria em contracondutas, em outras formas de condução. Não se trataria de resistir ou opor-se ao desenvolvimento de uma determinada forma de governo, ou de se opor a qualquer forma de condução e uma liberdade plena, mas sim de praticar outras formas de condução que mobilizam os nossos modos de vida. Assim, se hoje há um predomínio dos modos de governo biopolíticos, de controle e gestão da vida individual, parece necessário o desenvolvimento de outras condutas que se orientam para práticas coletivas e de responsabilização social, outros modos de valoração e outros preceitos éticos, estéticos e políticos onde o "eu" se apaga em função do bem comum e do tecido social. ■